



EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA MM.  
PAULO - SP

VARA DO TRABALHO DE SÃO

### **RITO SUMARÍSSIMO**

**OSVALDO JOSÉ DOS ANJOS**, brasileiro, solteiro, auxiliar de limpeza, nascido em 01/12/1960, filho de Antonia Alves, portador da Cédula de Identidade RG: 14.386.622-9 - SSP/SP, expedida em 14/04/2015, Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 21643 - série 050 – SP, emitida em 01/03/2016, PIS: 121.31901.63.3, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.837.088-07, residente e domiciliado na Rua Cesar Marengo, nº 255, Vila Campo Grande, São Paulo - SP, CEP 04455-220, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por seus advogados infra-assinados, propor a presente Reclamação Trabalhista contra **UNICACORP PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO LTDA.**, atual denominação de UNICA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E MANUTENÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº **11.504.278/0001-12**, estabelecida na Av. Tucunaré, nº 790, Sala A, Tamboré, Barueri – SP, CEP: 06460-020, e **subsidiariamente BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **13.574.594/0001-96**, estabelecida na Alameda Tocantins, nº 350, 10º andar, Alphaville Industrial, Barueri – SP, CEP 06455-020, **empresa tomadora dos serviços prestados pelo autor**, pelos motivos de fato e de Direito a seguir expostos:



## 1. FORO COMPETENTE

Nobre Julgador, informa o reclamante que durante o contrato de trabalho laborou para a Segunda Reclamada, tomadora dos serviços, na filial localizada na Avenida Atlântica, nº 5829, Loja 02, no período da admissão até meados de junho/2017 e, por último, na filial localizada na Av. dos Bandeirantes, nº 3686, Planalto Paulista, São Paulo – SP, CEP 04071-000, justificando a distribuição para uma das Varas do Trabalho de São Paulo do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, em razão do local da prestação dos serviços (Zona: Centro Expandido).

## 2. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA

Requer o reclamante a **RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA** da segunda reclamada, **BK BRASIL OPERAÇÃO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S/A**, nos termos do inciso IV do Enunciado de Súmula 331 do C. TST, e art. 455 da CLT, para ser mantida como responsável pelo débito, já que beneficiada diretamente com o trabalho executado pelo reclamante.

## 3. APLICAÇÃO DO DIREITO ADQUIRIDO PREVISTO NO ART. 5º, INCISO XXXVI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Douto Magistrado, uma vez que o contrato de trabalho mantido entre as partes vigorou de 02/02/2017 a 11/08/2017, **requer o Reclamante que seja Reconhecido e Aplicado ao presente feito o DIREITO ADQUIRIDO, assegurado ao autor no inciso XXXVI, do art. 5º, da Constituição Federal**, que assim dispõe:

“ XXXVI- a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;”



Douto Julgador, com o devido respeito, uma vez que na Constituição Federal o legislador brasileiro acolheu o **Princípio da Irretroatividade Restrita**, entende o Autor que **nenhuma espécie de norma pode ferir o direito adquirido**, ainda **ASSEGUADO** pela **Constituição Federal**, sob pena de ser considerado como violado um direito constitucional.

#### 4. CONTRATO DE TRABALHO

Foi o reclamante admitido em 02/02/2017 **pela primeira reclamada, para prestar serviços** exclusivamente **para a segunda ré** na função de auxiliar de limpeza, recebendo por último o salário mensal de R\$ 1.078,34, ocorrendo a rescisão contratual em 11/08/2017.

#### 5. JORNADA DE TRABALHO

Da admissão até meados de junho/2017, laborou o autor na filial da Segunda Reclamada, localizada na Av. Atlântica, nº 5829, Loja 02, cumprindo jornada de trabalho das 08:00 às 20:00 horas, em escala de 12 x36, com uma hora de intervalo para refeição e descanso.

De meados de junho/2017 até a demissão ocorrida em 11/08/2017, laborou o autor em outra filial da Segunda Reclamada, localizada na Av. dos Bandeirantes, nº 3686, cumprindo jornada de trabalho das 10:00 às 22:00 horas, em escala de 12 X 36, com uma hora de intervalo para refeição e descanso.

#### 6. NULIDADE DA JUSTA CAUSA

Informa o autor que em 11/08/2017, compareceu na reclamada para apresentar os atestados para justificar suas faltas, os quais não foram aceitos pela ré, ocasião em que, mediante pressão psicológica por parte da reclamada, o autor foi obrigado a assinar o comunicado da demissão por Justa Causa e uma ficha de entrevista de Desligamento, sem preenchimento de respostas, bem como o TRCT zerado, pois só assim seria efetuada a baixa na CTPS.



Esclarece o autor que seu pai, um idoso de 79 anos, ficou internado e teve a perna amputada. Pela idade e estado de saúde do pai do reclamante, era necessário o acompanhamento de um responsável, razão pela qual o autor se viu obrigado a se ausentar do trabalho em alguns dias, conforme comprovam os inclusos documentos. Porém, mesmo comprovando com relatório médico, atestados e exames, a reclamada não aceitou as justificativas do autor, que acabou sendo demitido por justa causa.

Nobre Julgador, conforme esclarecido e comprovado com documentos, não agiu o autor com desídia, eis que necessitou se ausentar por motivo relevante, entendendo que suas faltas foram justificadas, razão pela qual requer o reclamante que seja reconhecida e decretada a **nulidade da justa causa** imposta pela ré, e que esse MM. Juízo considere a demissão como injusta, concedendo ao autor os direitos previstos em lei para a demissão sem justa causa, condenando a ré ao pagamento do aviso prévio e seus reflexos, 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas de 1/3, FGTS acrescido da multa fundiária, com a liberação das guias TRCT e chave de conectividade para resgate do FGTS acrescido da multa fundiária, assim como liberação das guias CD para obtenção do Seguro Desemprego.

## 7. AVISO PRÉVIO E SUA PROJEÇÃO.

Com a decretação da **nulidade** da demissão por justa causa, bem como o **reconhecimento e deferimento da demissão como injusta**, requer que seja a reclamada condenada ao pagamento do aviso prévio e seus reflexos em 13º salário, férias acrescidas de 1/3 e FGTS + 40%.

## 8. FGTS E MULTA FUNDIÁRIA

Com a decretação da nulidade da demissão por justa causa e o **reconhecimento da demissão injusta**, requer que seja a reclamada condenada a efetuar a comprovação dos depósitos fundiários de todo período, acrescido da multa fundiária, e entregar as guias TRCT e chave de conectividade, para que o autor resgate o FGTS acrescido da multa de 40%, **não depositada em razão da alegada justa causa**, sob pena de ser a reclamada condenada ao pagamento do valor correspondente através de execução de sentença, acrescido de juros e correção monetária.



## 9. SEGURO DESEMPREGO

Reconhecida a demissão sem justa causa, deverá ainda a reclamada, após a comprovação dos depósitos fundiários, entregar as guias CD, sob pena de ser condenada ao pagamento da indenização correspondente a três parcelas do Seguro Desemprego, no importe total de R\$ 2.994,00, por se tratar de obrigação de fazer.

## 10. RESCISÃO CONTRATUAL

Como dito, em 11/08/2019 o autor, ao apresentar os atestados/documentos para justificar suas faltas, foi coagido a assinar a comunicação da demissão por justa causa e uma ficha de Entrevista de Desligamento, sem preenchimento das respostas, bem como o TRCT zerado, nada recebendo a título salarial e rescisório, pois só assim seria efetuada a baixa na CTPS.

Uma vez que o reclamante não agiu com desídia, pois entende que justificou o motivo de suas faltas, requer que seja decretada a **nulidade da justa causa** imposta pela ré, e que esse MM. Juízo considere a demissão como **injusta**, concedendo ao autor os direitos previstos em lei para a **demissão sem justa causa**, condenando a ré ao pagamento de: aviso prévio e seus reflexos; 7/12 de 13º salário proporcional, 7/12 de férias proporcionais acrescidas de 1/3; FGTS acrescido da multa fundiária, com a liberação das guias TRCT e chave de conectividade para resgate do FGTS e multa fundiária, assim como liberação das guias CD para obtenção do Seguro Desemprego.

## 11. JUSTIÇA GRATUITA

Requer que seja concedido o benefício da JUSTIÇA GRATUITA, uma vez que o autor é uma pessoa pobre e não tem condições de arcar com o pagamento das custas processuais, honorários sucumbenciais e demais despesas do processo sem prejudicar o seu sustento e o de sua família, conforme declaração anexa.



Caso assim não entenda Vossa Excelência, informa o autor que atende ao disposto no art. 790, § 3º e § 4º da CLT, eis que a prova dos autos demonstra que o reclamante recebia salário de R\$ 1.078,34, valor este inferior a 40% do limite máximo dos benefícios de Regime Geral de Previdência Social, que atualmente representa a importância de R\$ 2.335,78.

Nobre Magistrado, com o devido respeito, entende o reclamante ter demonstrado fazer jus ao benefício da Justiça Gratuita.

## 12. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

Requer o autor que seja a reclamada condenada ao pagamento dos honorários sucumbenciais, no montante de 5% a 15%, nos termos do art. 791-A da CLT, a ser determinado por Vossa Excelência.

**13.** Com o recebimento da presente, caso as reclamadas queiram tentar se conciliar com o autor, basta entrar em contato telefônico com um de seus advogados, através dos números constantes no rodapé da presente.

**14.** Requer ainda o autor, que seja observada e aplicada **A SÚMULA Nº 2, SOBRE COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, EXTINÇÃO DO PROCESSO (Resolução Administrativa nº 08/2002 – DJE 12/11/2002) TRT/SP.**

“O comparecimento perante a Comissão de Conciliação Prévia é uma faculdade assegurada ao Obreiro, objetivando a obtenção de um título executivo extrajudicial, conforme previsto pelo artigo 625- E, parágrafo único da CLT, mas não constitui condição da ação, nem tampouco pressuposto processual na reclamatória trabalhista, diante do comando emergente do artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal.”

Sala de Sessões, 23 de outubro de 2002.

**15.** O direito de ação, até revogação/emenda da Constituição Federal de 1988, é Garantia Constitucional.



**16. Isto posto, pleiteia o Autor:**

- a) NOTIFICAÇÃO DA SEGUNDA RECLAMADA, CONFORME DISCRIMINADO NA EXORDIAL, PARA QUE RESPONDA SUBSIDIARIAMENTE PELO PAGAMENTO DE TODOS OS CRÉDITOS TRABALHISTAS QUE NÃO FOREM SATISFEITOS PELA PRIMEIRA, POR FORÇA DE SENTENÇA JUDICIAL;
- b) Decretação da nulidade da demissão por justa causa, e que esse MM Juízo considere a demissão como injusta, assegurando ao autor os direitos decorrentes da demissão sem justa causa;
- c) Aviso prévio ..... R\$ 1.078,34;
- d) 7/12 de 13º salário proporcional/2019 (com a projeção do aviso prévio) ..... R\$ 629,02;
- e) 7/12 de férias proporcionais + 1/3 (com a projeção do aviso prévio) ..... R\$ 838,69;
- f) Com a decretação da nulidade da justa causa e reconhecida a demissão sem justa causa, requer que a reclamada comprove a regularidade dos depósitos fundiários de todo período e respectiva multa, devendo a ré entregar as guias TRCT e chave de conectividade, para que o autor resgate o FGTS do período, acrescido da multa fundiária, sob pena de ser a ré condenada ao pagamento do valor equivalente através de execução de sentença ..... R\$ 879,57;
- g) Com a decretação da nulidade da justa causa e reconhecida a demissão sem justa causa, requer que a reclamada efetue a entrega das guias CD, sob pena de ser a ré condenada ao pagamento da indenização correspondente a três parcelas do seguro desemprego, através de execução de sentença, por não cumprir a reclamada com sua obrigação de fazer ..... R\$ 2.994,00;
- TOTAL LÍQUIDO DEVIDO AO AUTOR ..... R\$ 6.419,62**



**17.** Requer o autor a aplicação da multa prevista no art. 814 do CPC, a ser estabelecida por Vossa Excelência, caso a reclamada venha a ser condenada em qualquer obrigação de fazer.

**18.** Requer a compensação dos valores comprovados como pagos através de documentos, após manifestação do autor.

**19.** Que as reclamadas sejam compelidas a carrear aos autos os controles de ponto, recibos de pagamento de salários, recibos de férias, 13º salários, guias GFIP, comprovação de recolhimentos previdenciários, fiscais e fundiários, e demais documentos, sob as penalidades dos arts. 396 e 400 do Novo CPC, assegurando ao autor o direito de impugná-los.

**20.** Ratifica o autor os termos do item 11 da exordial, reiterando para que seja concedido o benefício da JUSTIÇA GRATUITA, uma vez que o autor é uma pessoa pobre e não tem condições de arcar com o pagamento das custas processuais, honorários sucumbenciais e demais despesas do processo sem prejudicar o seu sustento e de sua família.

**21.** Reiterando os termos do item 12 da exordial, requer que seja a reclamada condenada ao pagamento dos honorários sucumbenciais, conforme percentual a ser estabelecido por Vossa Excelência.

**22.** “Ex positis”, requer a notificação das reclamadas para, querendo, contestar a presente reclamação sob as penas de revelia e confissão quanto a matéria fática e, ao final, seja a ação julgada totalmente procedente e a demandada compelida ao pagamento dos pedidos consubstanciados na exordial, assim como, no pagamento das custas processuais, juros, correção monetária e demais cominações legais.





JOÃO MENDES DE CARVALHO  
MARIA CRISTINA G. DA S. DE CARVALHO  
DANIEL SILVA DE CARVALHO  
ADVOGADOS

---

**23.** Provará o alegado por todos os meios de prova em direito permitidos, notadamente pelo depoimento pessoal do representante legal da reclamada, que desde já requer, oitiva de testemunhas, perícias, vistorias, demais documentos e todas as que se fizerem necessárias, não prescindindo de nenhuma, por mais especialíssima que seja.

**24.** Dá à causa, para fins de alçada, o valor de R\$ 6.419,62 (seis mil, quatrocentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos).

Termos em que,

P. Deferimento.

São Paulo, 09 de julho de 2019.

JOÃO MENDES DE CARVALHO  
OAB/SP 100.171

MARIA CRISTINA G. DA S. DE CARVALHO  
OAB/SP 149.430

DANIEL SILVA DE CARVALHO  
OAB/SP 333.617

ENDEREÇO PARA NOTIFICAÇÕES:

Rua Rio da Prata, 211 – Brooklin Novo  
CEP 04571-210 – São Paulo – SP  
Tel. 5103-0960 e 5103-0471  
E-mail: jmccarvalho@uol.com.br